

DA EDIFICAÇÃO DO TEATRO À CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Rosemaria de Assunção Palmeira[1]

Resumo
Inaugurado em 1850, a edificação do Teatro Santa Isabel marcou de forma significativa um período da história do Brasil e do Recife, porque remete à construção de um projeto de país e de cidade que buscava alinhar-se aos modelos de cidades europeias como Paris e Londres. Esta comunicação tem como objetivo discutir a construção e o tombamento do Teatro Santa Isabel, compreendendo este como um lugar de memória da cidade do Recife. Entendendo a importância da ritualização dos lugares de memoria, uma vez que não há memória espontânea, segundo Pierre Nora, abordaremos, primeiramente, o processo de construção do teatro. Em seguida, apresentaremos o processo de tombamento ocorrido em 1949. Embora o neoclássico tardio do Teatro Santa Isabel possa não ter um caráter excepcional, o edifício tornou-se um dos lugares de memória da cidade, ressaltando-se, assim, a importância da contribuição da pesquisa para colaborar com a política de preservação do patrimônio.

Palavras-chave: Teatro Santa Isabel. Lugares de Memória. Patrimônio.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir a construção e o tombamento do Teatro Santa Isabel, compreendendo este como um lugar de memória da cidade do Recife. Entendendo a importância da ritualização dos lugares de memória, uma vez que não há memória espontânea, segundo Pierre Nora. Aborda-se, primeiramente, o processo de construção do teatro. Em seguida, o processo de tombamento ocorrido em 1949, ano em que o Teatro se torna Patrimônio Histórico.

O Teatro Santa Isabel foi inaugurado em 1850.Em 1869, dezenove anos após sua inauguração, sofreu um incêndio que quase o destruiu por completo, cujas causas são ignoradas. Reconstruído, foi reinaugurado em 1876 e, em 1949, tombado como Patrimônio Histórico. Com seus 169 anos, o Teatro, no dizer do historiador Antônio Paulo Rezende, é, sem dúvida, um desses lugares de memória que se construíram na cidade do Recife. Nesses lugares, habitam histórias que

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco – Mestrado Profissional em História. rose_palmeira@hotmail.com



dizem muito do que foi vivido na cidade, dos costumes, dos desejos, dos sonhos, das lutas sociais (ARRAIS, 2000, p.7).

Ao longo de sua história também foi espaço para encontros de intelectuais e políticos. Para lá afluíam os estudantes de Direito, para debates de questões políticas e jurídicas em voga na época, e intelectuais, engajados nas causas sociais, discutiam o rumo do país frente às mudanças que o mundo da época vivenciava. Assim é que o Teatro tornou-se cenário para a célebre frase de Joaquim Nabuco: **Ganhamos, aqui, a causa da Abolição!** (BORGES, 2000, p.16).

A Construção

A cidade do Recife necessitava de grandes e urgentes intervenções: saneamento básico; recuperação e construção de pontes; abertura de estradas; abastecimento de água; aterramento de áreas alagadiças que durante as chuvas e alta das marés tornavam-se intransitáveis. A salubridade e higienização eram questões prioritárias, pois, epidemias constantes acometiam a população, dado às precariedades sanitárias. Os dejetos eram coletados em barris (tigres) e quando cheios, carregados pelos escravos e esvaziados na praia. Um sistema rudimentar de saneamento. (FREYRE, 1942, p.53). A esse respeito, o escritor Flávio Guerra faz referência à observação da inglesa Maria Grahan[2], impressionada com a sujeira e o mau cheiro das ruas, durante sua passagem por Pernambuco, em 1821:

> Não viu limpadores de rua. Às vezes quem se ocupava disso eram os cães vadios e os porcos. Chegou mesmo a dizer: "*because they feed* (refere-se aos porcos) *where everything is thrown, and were they* (ainda os porcos), *and the dogs are the only scavengers*[3]" (GUERRA, 1973, p. 30).

Desde a saída dos holandeses, Recife pouco evoluíra. Segundo Guerra, o Recife na primeira metade do século XIX era muito semelhante ao que estava registrado numa planta de 1744, publicada por Fernandes da Gama[4]. No local

[2]Inglesa que viajava pelo Brasil em 1821. Chegou ao Recife durante os dias de revolta o governador Luís do Rego.
[3] Em tradução livre: "porque eles se alimentam onde tudo é jogado e onde eles (os porcos) e os cães são os únicos catadores".
[4]José Fernandes Bernardo Gama, nasceu em 1872, morreu em 1854, escreveu Memórias Históricas da Província de Pernambuco.



escolhido para a edificação do Teatro, havia um matagal de jurubebais, que servia de cenário "para a prática dos mais torpes atos" (GUERRA, 1973, p. 33).

Francisco do Rego Barros[5], nomeado Presidente da Província de Pernambuco, realizou um projeto arrojado de infraestrutura, de urbanização e de modernização da cidade do Recife. Seu projeto previa a remodelagem do Centro, organização de ruas com o alinhamento das casas, sistema de coleta de dejetos domésticos em substituição aos "tigres"[6] e, entre outras benfeitorias e construções, incluía a construção de um teatro. Seu propósito não era apenas tornar o Recife uma cidade habitável e bela, mas, paralelamente às condições básicas de habitabilidade, idealizava a construção de um espaço que promovesse cultura, lazer e convívio social – um teatro. Na época, eram raros, os espaços de sociabilidade.

> Entre os espaços que a cidade do Recife oferecia para os divertimentos, quando não se tratava de um dia festivo, estavam as construções onde pequenos grupos podiam se reunir. Entre estes tinha destaque o teatro. Enquanto construção física na cidade do Recife, na primeira metade do século XIX, era considerado um prédio urbano destinado ao uso e recreio, mas além de um espaço físico, o palco do teatro era uma representação da sociedade [...] Além do que, o teatro, era um dos espaços de manifestação cultural e de diversão pública mais significativos da cidade no decorrer do século XIX e um de seus símbolos de civilidade.(SANTOS, 2011, p.93).

Entretanto, no Recife não havia um teatro que correspondesse aos padrões de modernidade e de civilidade que se buscava alcançar. O primeiro teatro do Recife datava de 1772, chamado Casa da Ópera, depois de teatro de São Francisco, por fim, pejorativamente chamado de *O Capoeira*, devido à precariedade das instalações e da má fama de suas apresentações. Não atendia ao gosto refinado da burguesia. Mesmo sujo e mal iluminado, o Teatro da Casa da Ópera funcionou por 78 anos, de 1772 a 1850, sendo, o controverso "Teatro Oficial de Pernambuco", por muitos anos, a única opção de diversão teatral da cidade (FERRAZ, 2018, p. 3).

Na sessão de abertura da Assembleia Legislativa de 1º de março 1839, três meses após ter assumido a presidência da província, Francisco do Rego Barros

[5] Presidente da Província de Pernambuco (1837-1844)
[6]Barris onde eram depositados os dejetos e posteriormente carregados pelos escravos para serem despejados (FREYRE, 1942).



falou da carência e do propósito da construção de um teatro que ofereça distração saudável à população, conforme a seguir transcrito:

> Tornando-se bastante sensível, snrs., nesta rica e populosa Cidade a falta de Theatro Público que ofereça aos seus habitantes uma licita distracção, havendo apenas com este nome uma Casa particular tão acanhadada, e péssima, que ninguém à ella concorre, e tende semelhantes Estabelecimentos merecido em todos os tempos a protecção dos Governos pelas vantagens, que deles resultão à civilização e moralidade dos povos: julguei conveniente mandar levantar a planta, e fazer o orçamento de um Edificio, que sirva de Theatro Publico nesta Capital, e espero, que vos consignareis os necessários fundos para esta Obra, ou por meio de prestações marcadas na Lei do Orçamento futuro, ou por meio de Loterias, forma das que já forão concedidas à Matriz do Sacramento da Boa Vista e à Matriz do Livramento. Conforme os dados que me tem sido ministrados pela pessoa encarregada, destes trabalhos preparatórios, parece-me, que a despeza não excederá de 100:000.000 réis, e poderá ser indenizada com os futuros lucros, que as receitas devem produzir"[7].

Assim, neste mesmo ano foi promulgada a Lei nº 74[8], autorizando a construção do Teatro, conforme expresso no primeiro artigo: "O Governo fica authorisado a fazer construir um Theatro Publico nesta Cidade, por empresa no todo ou em parte". Os artigos seguintes dispõem sobre levantamento de recursos para subsidiar a construção. Eis aí, ainda embrionária, selada a gênese do Novo Theatro Publico, que viria a ser o Teatro Santa Isabel.

Em 1838, ano anterior à autorização da construção do Teatro, fora publicada a Lei nº 53[9]. Em seu artigo primeiro, dava-nos a saber que o governo da Província estava autorizado a contratar "Engenheiros hábeis dentro ou fora do Imperio, preferindo os Nacionaes aos Estrangeiros, sob condições rasoaveis, acommodadas as circunstancias da Provincia". Não havia mão de obra qualificada. A província não dispunha naquele momento de engenheiros e arquitetos, nem de outros profissionais que dominassem a técnica exigida para a construção de um edifício com padrões estéticos tipicamente europeus.

---

[7] Publicado no Diário de Pernambuco n° 58, de 11 de março de 1839. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_01/12688>. Acesso: 05 nov. 2019.
[8] Lei n° 74, publicada no Diário de Pernambuco nº 126, de 12 de junho de 1839. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_01/12987>. Acesso: 05 nov. 2019.
[9] Diário de Pernambuco, nº 92, de 26 de abril de 1938. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_01/11604>. Acesso: 05 nov. 2019.



A Lei promulgada previa a possibilidade de contratação de estrangeiros. Francisco do Rego Barros contratou profissionais europeus: matemáticos, técnicos, operários, marceneiros, artífices, engenheiros. Dentre eles estava Louis Léger Vauthier (1815-1901), tornado Diretor Geral da Inspetoria de Obras da Província, Engenheiro Chefe, responsável não apenas pela construção do Teatro, mas, também pela execução das demais obras que faziam parte do projeto de modernização encetado pelo governo.

Era um jovem de 25 anos, engenheiro formado pela *École Polytechnique de Paris*, onde foi fortemente influenciado pelo pensamento de Charles Fourier[10], tornando-se seu seguidor. Por ser fourierista, considerava seu trabalho em Recife, não simplesmente um projeto de engenharia civil, mas muito além, um projeto de engenharia social. "O progresso social virá em consequência do progresso econômico que o progresso técnico deverá propiciar [...]". (PONCIONI, 2010, p.346). Sua chegada ao Brasil data de setembro de 1840.

A pedra fundamental do Teatro foi lançada em 1º de abril de 1841, quando foram iniciadas as obras de construção. Ao governo e ao engenheiro francês não lhes faltaram críticas e severos ataques. A contratação de mão de obra estrangeira despertou o sentimento nativista manifestado nas mais diversas formas de xingamento e de xenofobismo. A mão de obra nacional sentiu-se desprestigiada. O nome de Vauthier era achincalhado: o Léger do sobrenome tornou-se *ligeiro*; o Vauthier, *vôte*. Do *Philopatria* pseudônimo adotado por um correspondente anônimo, entre muitas ofensas, concluiu: *só vem ao Brasil quem na Europa não tem gasto*[11].

Quanto a Francisco do Rego Barros, acusavam-no de esbanjador do erário público, chamavam-no, por zombaria, de *O Rei do Norte,* o *inimigo dos brasileiros, o Chico Macho.* Sua política progressista e, ao mesmo tempo, conservadora levantou grande celeuma, pois contrariava interesses de muitos, inclusive de antigos aliados. Entre outros motivos, estava a contratação de estrangeiros, especialmente de alemães, em prejuízo da mão de obra nacional. Os senhores de engenho viram-se prejudicados porque costumavam alugar seus escravos na entressafra. Uma

[10]Charles Fourier (1772-1837), filósofo e reformador social, o mais original dos socialistas utópicos franceses do século XIX, é conhecido por suas sugestões corajosas para a reforma radical da sociedade no sentido da felicidade individual e coletiva. (ALBORNOZ, 2007).

[11] Pseudônimo adotado por um correspondente anônimo. Correspondência publicada no Diário de Pernambuco, nº 250, de 16 de novembro de 1841. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_02/2293>. Acesso:02 nov.2019.



questão que gerou grande insatisfação por parte dos latifundiários, foi a política conservadora, elitizada que privilegiava determinados grupos.

Os engenheiros franceses trouxeram um projeto pronto de construção e de reformas de rápida execução e técnicas inovadoras, sob o controle do Estado, que partilhou a execução com um grupo responsável pela administração das obras. Os donos de propriedades agrárias viram-se prejudicados com a concessão de benefícios e privilégios a alguns em detrimento de muitos outros que também almejavam participar do programa.

Defendiam o partilhar nos negócios, na construção das obras e participação nas verbas públicas, em particular, na construção de estradas, que seriam divididas em trechos, entregues a vários proprietários que usariam escravos de suas propriedades na execução dessas ditas obras, subvencionadas pelo governo. Nesse cenário de alianças políticas quebradas e insatisfação, foi-se fomentando um movimento de cunho liberal contra a política conservadora do governo que culminaria, mais tarde, com a Revolta Praieira.

Iniciada a construção do Teatro, a movimentação era intensa: a área precisava ser aterrada, precisava-se de madeira, todo o material de construção era importado: pedras de Lisboa, ferro da França, pregos de cobre da Inglaterra, cimento da Suécia. Era um projeto faraônico, deveras oneroso. Os recursos advindos das loterias eram insuficientes. Fora organizada uma sociedade para movimentar os fundos e administrar a construção do teatro. Tal sociedade era subvencionada pelo Governo Provincial e remunerada pelas loterias.

Logo no início das obras, travou-se não pequena polêmica entre Vauthier e o Engenheiro Firmino Âncora[12], que defendia as tradições da engenharia do Brasil e era contra a técnica revolucionária de Vauthier. Criticou especialmente as obras de alicerce do teatro. Fazendo coro com o engenheiro brasileiro, um correspondente anônimo escreve:

> A muito que vemos nesta província elevarem-se grandes edifícios, templos com torres, quase vez quase, da altura de Babel, e isto, sobre terrenos pantanosos, sem que com isso fosse preciso fazer alicerces com amalgama, maça, galagala (como quiseram chamar); e

[12] Engenheiro que antecedeu Vauthier na Repartição de Obras Publicas. GUERRA, Flávio. **O Conde da Boa Vista e o Recife**. Recife: Fundação Guararapes, 1973, p. 64.



> nós, graças a Deus? Temos a satisfação de ver esses edifícios estiradinhos e direitinhos como uma reta.[13]

Em julho de 1842, as paredes laterais e do fundo já estavam erguidas. A parede frontal começava a ser levantada com as pedras recém-chegadas de Portugal. Eis que uma parede interna desaba totalmente: um trunfo para os opositores. Vauthier, em seu relatório, justifica o ocorrido, em função das intempéries do tempo, as longas chuvas, a umidade e a demora na entrega das pedras encomendadas de Portugal. (ARRAIS, 2000). A obra continuava, não obstante as circunstâncias pouco favoráveis.

Em 1842, o governo Rego Barros amargava considerável desgaste político e dava sinais de que as alianças, até então consolidadas, já não eram tão confiáveis e solidárias. Segundo se depreende dos escritos do Prof. Paulo Cadena (2011), apesar de aparentemente em pólos opostos, de um lado os liberais e do outro, os conservadores, na verdade havia uma aliança entre si, uma espécie de manobra política da qual conservadores e liberais se beneficiavam.

Entre 1835 e 1842, Pernambuco estava nas mãos dos primos Albuquerque Cavalcanti e Rego Barros. Estas famílias monopolizavam as chefias partidárias na Província. No dizer de Cadena (2011): “Pernambuco estava enfeudado nos Castelos Cavalcanti de Albuquerque e Rego Barros”.

No entanto, essa coligação caminhava para um racha, em face da colisão de interesses, jogos de poder e manobras políticas. Começava a ser gestacionada a Revolução Praieira que eclodiria em 1848. Em 1844, Francisco do Rego Barros deixou o governo e os liberais assumiram o Poder.

Após a saída do governo, Vauthier continuou seu trabalho como Diretor Geral da Inspetoria de Obras da Província, mas as dificuldades intensificavam-se de modo que, ao término de seu contrato, regressou à França, em outubro de 1846.

Durante a gestão dos liberais, quase nada se fez em obras públicas. Entre 1845 e 1846, as obras do Teatro foram praticamente suspensas. O último relatório de Vauthier, em setembro de 1846, informa que as obras se encontravam paradas desde abril daquele ano. (ARRAIS, 2000, p. 22).

---

[13] Correspondência anônima publicada no Diário de Pernambuco nº 91, de 27 de abril de 1841. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_02/1637>. Acesso: 25 jul. 2019.



Em 1848, os conservadores reassumiram o poder, mas a situação política ainda era muito conflitante, descambando para o conflito que resultou na Revolução Praieira. Nessa situação de instabilidade as obras do Teatro arrastavam-se lentamente, superando as dificuldades de ordem politica e material. Finalmente, em 18 de maio de 1850 o Teatro foi inaugurado com uma programação festiva. Inicialmente, o nome dado foi Teatro de Pernambuco, como era chamado desde o início da construção. No entanto, às vésperas de sua inauguração, recebeu o nome de Teatro de Santa Isabel, atendendo ao desejo do ex-governador provincial, em fins de 1949, Honorato Hermeto Carneiro Leão, de homenagear a Princesa Isabel de Bragança e Bourbon, filha do Imperador Dom Pedro II.

Homenagens desse tipo eram feitas através do onomástico, ou seja, através do santo do mesmo nome, na intenção de uma oferta, para receber em troca sucesso e proteção, como retribuição. Daí a força da preposição de [...] na maioria de vários documentos, como é encontrado em vários códices no Arquivo Público Estadual, lá está a preposição de**,** além de ser muito mais bonito e muito mais elegante – **Teatro de Santa Isabel.** (BORGES, 2000, p.38).

O Diário de Pernambuco do dia 22 de maio de 1850 trouxe a narrativa completa da festa de inauguração:

> SALVE! SALVE! SALVE! Tres vezes salve, oh dia feliz 18 de maio. (...) Transportados ao theatro, ahipresenciá-mos imensa e alegre concurrencia da nossa população, e lamentamos não fosse o seu amphiteatro suficiente a dar entrada a todos os amadores da scena. Mais de um desapontamento houve por falta de bilhetes; mais de um bello rostinho cutio nesta noite raivinhas, e nós que fomos mais felizes, nós que tínhamos nosso assento, dele tomamos conta, nos preparando para gozar do espetáculo. (...) Lançando as vistas sobre o palco para as galerias, vimos todos os assentos ocupados; e, atentando para as chamadas torrinhas vimos cabecinhas até nos cumes dessa montanha.[14]

O narrador prosseguia analisando cada reação da plateia, cada detalhe da decoração do ambiente, a programação em todas as suas partes, inclusive a apresentação da peça *O Pajem d' Aljubarrota*[15]. Nada lhe passava despercebido.

[14]Diário de Pernambuco, de 22 de maio de 1850, ed. 115, p. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_03/464>. Acesso: 08 dez. 2019.
[15]Drama histórico em três atos, de Mendes Leal, datado de 1846, cuja ação decorre em Sintra e em Leiria, durante o reinado de D. João I, girando em torno da disputa do amor de D. Beatriz, filha do



Registrou, inclusive, o canto mal sucedido de uma das cantoras, dizendo ter, ela, a voz anasalada "parecendo o miado de um gato". Registrou a presença dos convidados ilustres, fazendo referência ao Barão da Boa Vista, Francisco do Rego Barros, presente à solenidade.

O Tombamento

Quase um século após a sua construção, quando novas reformas "modernizantes" pareciam conduzir a certa descaracterização arquitetônica do Teatro Santa Isabel, os técnicos do primeiro distrito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) deram entrada no pedido de seu tombamento, num esforço de proteção daquilo que reconheciam como patrimônio.

Naquela ocasião, Lúcio Costa[16]ocupava o cargo de Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).[17]

Afirmava não haver, no Teatro Santa Isabel, falta de "interesse do ponto de vista histórico e social. Entretanto, não era graças a seu interesse artístico que o teatro deveria ser tombado, antes, o aludido parecerista assegurava se tratar de "obra de construtor competente e consciencioso, mas de arquiteto medíocre".

Com base nesse parecer, o Teatro Santa Isabel foi registrado no Livro de Tombo Histórico, a 31 de outubro de 1949, como obra de arquitetura civil. Atente-se para o fato de que edificações tombadas devido a seu interesse artístico costumavam ser registradas no Livro do Tombo de Belas-Artes.

Considerações finais

Através do estudo da documentação levantada, é perceptível a influência do Teatro Santa Isabel no cotidiano da cidade. A população tão carente de lazer e de espaços de sociabilidade, agora respirava ares de civilização e de modernidade. A cidade parecia ganhar vida e animação. A citação de Lídia Rafaela antos tem

---

Condestável D. Nuno Álvares Pereira, por D. Afonso, Conde de Barcelos, e Mendo Vasques, o *pajem de Aljubarrota*.

[16] Arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas Artes, da qual se tornou diretor em 1930. Influenciado pelo Movimento Moderno na Arquitetura, veio a tornar-se um dos fundadores da Arquitetura Moderna Brasileira.

[17] Órgão federal de proteção ao patrimônio nacional brasileiro, criado em 1937, pela Lei nº 378.



sonoridade e se difunde: “O lazer é sobretudo expressão da variedade, do dinamismo e complexidade da sociedade”. (MARZANO apud SANTOS, 2011, p. 9).

Quanto à arquitetura do Teatro Santa Isabel, embora o neoclássico tardio possa não ter um caráter excepcional, o edifício do Teatro tornou-se um verdadeiro ícone na paisagem do Recife, como vestígio de um Recife oitocentista, desejoso de modernidade, mas que estava em vias de ser descaracterizado, o que suscitou o seu tombamento. Deste modo, passou a ser um dos lugares de memória da cidade, “nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1993, p. 21).

Referências

ALBORNOZ, Suzana Guerra. Atração passional, trabalho e educação em O novo mundo industrial e societário de Charles Fourier.**Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho**. Online. 10(1), p1-19, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25806>. Acesso: 04 nov. 2019.

ARRAIS, Isabel Concessa. **Teatro de Santa Isabel**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2000.

BORGES, Geninha da Rosa. **Teatro de Santa Isabel: nascedouro & permanência**. Recife: CEPE, 2000.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser Cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)**. Recife: O autor, 2011.

FERRAZ, Leidson. Casa da Ópera na lama e com má fama:o primeiro teatro do Recife. **Anais ABRACE.** v.19, n.1 Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2018. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/3882>. Acesso: 05 dez. 2019.

FREYRE, Gilberto**. Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1942. 2 ed.

GUERRA, Flávio. **O Conde da Boa Vista e o Recife**. Recife: Fundação Guararapes, 1973.

GONÇALVES, Janice. O SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento (1938-1972). **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História.** Fortaleza, 2009. Online. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0217.pdf>. Acesso: 5 dez. 2019.



NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História.** Online. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso: 08 dez. 2019.

PONCIONI, Cláudia. **Pontes e Ideias: Louis-Léger Vauthier um engenheiro francês Fourietista no Brasil.** Recife: CEPE, 2010.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento. **Das festas aos botequins: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850).** Dissertação de mestrado apresentado à Universidade Federal de Pernambuco. Recife: a autora, 2011.